



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022		2021		Passivo	Nota	2022		2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	274.963	32.851	70.594		Fornecedores e contas a pagar	11	242.420	142.457	177.580	
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	491.992	108.671	440.097		Empréstimos e financiamentos	13	356.122	165.649	207.715	
Estoques	7	174.811	57.261	149.165		Salários, férias e encargos	12	110.043	33.541	94.599	
Dividendos a receber	15.1.1	126	42.806	-		Arrendamentos	14	49.919	8.482	38.473	
Imposto de renda e contribuição social	16.1	14.323	23.059	23.130		- Imposto de renda e contribuição social	16.1	-	-	4.503	
Impostos e contribuições	16.4	99.429	24.486	95.867		Dividendos a pagar	15.1.1	65.866	47.239	47.239	
Despesas antecipadas		14.981	3.607	16.750		Adiantamentos de clientes		44.201	941	14.287	
Outros ativos		9.032	915	10.889		Provisão para plano de assistência médica	17.1	9.839	2.708	5.879	
		1.079.657	293.656	806.492		Outras contas e despesas a pagar		24.764	3.590	20.666	
						Passivo <i>debranding</i>		75.664	-	30.000	
								993.772	417.021	673.874	
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Salários, férias e encargos	12	22.961	1.496	1.832	
Contas a receber clientes, líquidas	6	36.162	-	38.940		Empréstimos e financiamentos	13	1.751.682	2.018.887	2.018.887	
Cauções e depósitos judiciais	24.2	65.029	4.640	65.281		Arrendamentos	14	199.705	88.767	208.255	
Imposto de renda e contribuição social	16.1	13.161	-	11.896		Mútuos a pagar para partes relacionadas	15.1.1	487	-	529	
Impostos e contribuições	16.4	91.547	25.158	74.495		Impostos e contribuições	16.4	526	522	522	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	7.101	-	-		- Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	-	-	13.030	
Despesas antecipadas		1.512	446	2.179		Provisão para plano de assistência médica	17.1	171.023	60.158	141.070	
Outros ativos		5.726	-	3.133		Provisão para processos judiciais	24.1	133.289	8.661	162.398	
Total do realizável a longo prazo		220.238	30.244	195.924		Outras contas e despesas a pagar		26.098	131	25.269	
						Passivo <i>debranding</i>		-	-	66.579	
						Total não circulante		2.305.771	2.191.692	2.627.949	
						Total do ativo		3.299.543	2.608.673	3.301.819	
Investimentos	8	23.689	3.667.764	23.394		Patrimônio líquido	19				
Imobilizado	9.1	1.860.167	270.381	1.889.960		Capital social		435.588	435.588	435.588	
Intangível	10.1	2.047.311	21.811	2.061.232		Reservas de capital		1.047.085	1.047.085	1.047.085	
		4.151.405	3.990.200	4.170.510		Reservas de lucros		437.923	173.461	173.461	
						Ajuste de avaliação patrimonial		31	-	-	
						Outros resultados abrangentes		10.892	19.049	19.049	
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.931.519	1.675.183	1.675.183	
								5.231.062	4.283.856	4.977.002	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Deságio na subscrição de ações	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2020		432.788	1.042.566	16.235	-	5.564	-	-	(4.407)	1.492.746
Aumento de capital com emissão de ações (Itaúsa)		2.800	-	-	-	-	-	-	-	2.800
Ágio na subscrição de ações (Itaúsa)		-	18.172	-	-	-	-	-	-	18.172
Mudança na participação relativa da controlada		-	-	(13.653)	-	-	-	-	-	(13.653)
Participação nos outros resultados abrangentes da controlada		-	-	-	-	-	-	-	14.707	14.707
Ajuste avaliação patrimonial - ganhos atuariais líquidos		-	-	-	-	-	-	8.749	-	8.749
Lucro líquido do exercício	19.3	-	-	-	-	-	198.901	-	-	198.901
Destinações:										
Apropriações em reservas	19.3	-	-	9.945	-	141.717	(151.662)	-	-	-
Dividendo obrigatório	19.3	-	-	-	-	-	(47.239)	-	-	(47.239)
Em 31 de dezembro de 2021		435.588	1.060.738	(13.653)	26.180	147.281	-	-	19.049	1.675.183
Incentivos fiscais SUDENE e Reserva de reavaliação coligadas - Incorporação da Liquigás		-	-	-	34.089	(34.127)	-	38	-	-
Constituição de reserva conforme Assembleia Geral Ordinária de 08/08/2022		-	-	-	-	30.239	-	-	-	30.239
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	7	(7)	-	-
Ajuste avaliação patrimonial - ganhos atuariais líquidos		-	-	-	-	-	-	-	(8.157)	(8.157)
Lucro líquido do exercício	19.3	-	-	-	-	-	300.120	-	-	300.120
Destinações:										
Apropriações em reservas	19.3	-	-	15.006	21.650	197.605	(234.261)	-	-	-
Dividendo obrigatório	19.3	-	-	-	-	-	(65.866)	-	-	(65.866)
Em 31 de dezembro de 2022		435.588	1.060.738	(13.653)	41.186	55.739	340.998	31	10.892	1.931.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), (atual denominação da Copagaz Distribuidora de Gás S.A.) com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Towers, São Paulo (SP), controlada pela Itaúsa S.A., tem por objetivo social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo - GLP, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a prestação de serviços em geral correlatos, inclusive a requalificação de recipientes transportáveis, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres, o comércio de mercadorias e instalações relacionadas à sua atividade, a importação e a exportação em geral e a participação em outras sociedades de qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou colista.

1.1. Principais eventos ocorridos em 2022

Reorganização societária - cisão parcial e incorporação de controlada

Em 31 de outubro de 2022 a Companhia aprovou a cisão parcial da Liquigás Distribuidora S.A., de 7 (sete) unidades: Fortaleza/CE, Natal/RN, Uberlândia/MG, Rio Largo/AL, Mossoró/RN, Montes Claros/MG e Governadores Valadares/MG, com a consequente incorporação da parcela cindida pela Companhia. A proposta de cisão parcial se justifica pela necessidade de segregação parcial dos elementos que constituem o patrimônio da cindida, com a transferência para a Companhia de elementos do patrimônio da cindida, sem o comprometimento do bom andamento dos respectivos negócios sociais.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da Liquigás Distribuidora S.A. na cisão parcial foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de agosto de 2022, conforme laudo de avaliação emitido por auditor independente e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de outubro de 2022.

Os acervos líquidos cindidos foram os seguintes:

	31 de agosto de 2022	Passivo Circulante	31 de agosto de 2022
Ativo Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	54.807	Fornecedores e contas a pagar	58.117
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	294.128	Salários, férias e encargos	4.916
Estoques	8.117	Arrendamentos	2.053
Impostos e contribuições	566	Impostos e contribuições	106
Despesas antecipadas	49	Adiantamentos de clientes	2.338
Outros ativos	802	Outras contas e despesas a pagar	2.327
	358.469		67.657

	31 de agosto de 2022	Passivo Não circulante	31 de agosto de 2022
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Arrendamentos	5.874
Contas a receber clientes, líquidas	4.562	Outras contas e despesas a pagar	1.135
Impostos e contribuições	10.410		7.009
	14.972		74.666
Imobilizado	72.791	Acervo líquido	371.566
	87.763		371.566
Total do ativo	446.232	Total do passivo e acervo líquido	446.232

O acervo líquido efetivamente incorporado em 31 de outubro de 2022 foi de R\$ 251.282.573,01, variação negativa de R\$ 120.283.438,28 do valor base do balanço patrimonial encerrado em 31 de agosto de 2022, conforme Nota explicativa nº 8. A variação negativa é decorrente da movimentação ocorridas entre os meses da emissão do laudo e data efetiva da cisão parcial.

Em 30 de novembro de 2022, foi realizada a incorporação total da Liquigás Distribuidora S.A., tendo como efeito a extinção da controlada incorporada.

A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificativa de incorporação constantes nos atos societários trata consideráveis benefícios, de ordem administrativa, econômica e financeira, em especial, a racionalização e simplificação de sua estrutura societária e, consequentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas, permitindo a captação de sinergias.

Após a incorporação o ágio de rentabilidade futura passará a ser realizado fiscalmente em 60 meses, conforme Nota explicativa nº 16.2.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da Liquigás Distribuidora S.A. na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação emitido por auditor independente e aprovado em AGE de 30 de novembro de 2022.

Os acervos líquidos incorporados foram os seguintes:

	30 de setembro de 2022	Passivo Circulante	30 de setembro de 2022
Ativo Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	64.251	Fornecedores e contas a pagar	81.304
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	381.315	Salários, férias e encargos	85.014
Estoques	82.068	Arrendamentos	32.882
Imposto de renda e contribuição social	1	Imposto de renda e contribuição social	57.531
Impostos e contribuições	85.895	Impostos e contribuições	10.320
Despesas antecipadas	14.452	Adiantamentos de clientes	16.381
Outros ativos	15.953	Provisão para plano de assistência médica	14.820
	643.935	Outras contas e despesas a pagar	301.423

	30 de setembro de 2022	Passivo Não circulante	30 de setembro de 2022
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Salários, férias e encargos	13.856
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	35.545	Arrendamentos	114.734
Cauções e depósitos judiciais	59.915	Mútuos a pagar para partes relacionadas	487
Imposto de renda e contribuição social	12.804	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.321
Impostos e contribuições	51.237	Provisão para processos judiciais	42.788
Despesas antecipadas	1.691	Provisão para plano de assistência médica	24.534
Outros ativos	4.411	Outras contas e despesas a pagar	84.998
	165.603		296.718

	30 de setembro de 2022	Passivo Não circulante	30 de setembro de 2022
Investimentos	13.895		13.895
Imobilizado	826.272		826.272
Intangível	61.810		61.810
Total do ativo	1.067.580	Acervo líquido	1.113.374
	1.711.515		1.113.374
		Total do passivo e acervo líquido	1.711.515

O acervo líquido efetivamente incorporado em 30 de novembro de 2022 foi de R\$ 1.338.544.182,08, variação positiva de R\$ 225.169.941,95 do valor base do balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme Nota explicativa nº 8. A variação positiva é decorrente da movimentação ocorridas entre os meses da emissão do laudo e data efetiva da incorporação total.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contemplam o resultado de 12 meses de operações da Copagaz somados ao resultado de 11 meses (janeiro a novembro de 2022) de operações da Liquigás.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

2.1. Base de mensuração
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicada, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas e/ou recebidas em troca de bens e serviços.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Copa Energia é apresentado na Nota explicativa nº 3.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
Normas e interpretações
As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Alteração CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - Ciclo 2018-2020:
(i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
(ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
(iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e armazenamento de GLP são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das edificações.

Em 30 de novembro de 2022 ocorreu a incorporação total da controlada Liquigás Distribuidora de Gás S.A., conforme Nota 1.1 - Reorganização societária.

3.11. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e armazenamento de GLP são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das edificações.

O custo incluído nos custos são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- Custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, se necessário.

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.
O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos de manutenção dos recipientes transportáveis são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem.

Os custos de manutenção e requalificação de tanques e recipientes estacionários são alocados aos ativos, pois aumenta a vida útil do bem.

Quando os recipientes transportáveis, recipientes estacionários ou tanques não podem ser requalificados, estes são sucateados e baixados dos controles da Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), inclusive na venda de recipientes transportáveis, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa.

Depreciação
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas na Nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No segmento de distribuição de GLP é comum a realização de cessão de recipientes transportáveis e outros equipamentos necessários a armazenagem e consumo do GLP. São celebrados contratos de cessão de uso destes ativos e marcas com os revendedores que comercializam os produtos da Companhia. Como estes bens são retornáveis, a depreciação é feita com base na vida útil econômica.

3.12. Intangíveis
Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota explicativa nº 10). É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas, patentes, softwares e *ágio* na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definida.

O *ágio* intangível é avaliado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A Nota explicativa nº 4.3 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs da Companhia.

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o *ágio* por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), têm a recuperação do seu valor testada pelo menos anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

3.13. Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamentos
A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 14).

3.14. Fornecedores e contas a pagar
A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os fornecedores, exceto para fornecedores de curto prazo e fornecedores de ativos de baixo valor.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 14).

3.15. Fornecedores e contas a pagar
Os fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia não possui risco sacado (*Reverse Factoring*), portanto, não efetua qualquer divulgação adicional a respeito.

3.15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financeiros e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu debêntures não conversíveis reconhecidas inicialmente ao custo incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados ao custo amortizado. Os valores são apresentados líquidos do custo de captação (Nota explicativa nº 13).

3.16. Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sob o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

3.17. Ajuste a Valor Presente - AVP
A Companhia não realiza ajuste ao valor presente (AVP) sobre operações a prazo com clientes e fornecedores devido à irrelevância dos valores envolvidos em decorrência do curto ciclo das operações. É realizado o AVP das obrigações relativas às indenizações (pensionamentos) decorrentes de decisões judiciais cujo fluxo de pagamentos é ajustado a taxa equivalente à de captação de empréstimos.

O cálculo de AVP é realizado para o passivo de:

- Atuarial conforme descrito na Nota explicativa nº 17.
- Arrendamento conforme descrito na Nota explicativa nº 4.2.

3.18. Distribuição de dividendos
As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.19. Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela quantidade ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

3.20. Benefícios a empregados
a) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Reconhecimentos nos resultados
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa nos resultados com base em metodologia e práticas internas da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração e na Convenção Coletiva de Trabalho. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

c) Benefícios concedidos a empregados e aposentados
Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)
De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 6.651/1998.

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuarial independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano⁽¹⁾, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método de crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução) mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida do benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

⁽¹⁾ Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia a seus Contratados.

d) Planos de contribuição definida
A Companhia possui o Plano de Previdência oriunda da aquisição da Liquigás (PPL) que foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petróbras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

3.21. Mensuração do valor justo
Algumas práticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

3.22. Capital social e remuneração aos acionistas
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no Estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.23. Outros resultados abrangentes
Compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajuste de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

Esses itens são agrupados por natureza que:

- Não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período;
- Serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

São classificados como outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ganhos e perdas atuariais, líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social.

3.24. Subvenções e assistências governamentais
Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

As subvenções são algumas vezes apresentadas como créditos na demonstração do resultado, quer separadamente sob um título geral tal como "outras receitas", quer, alternativamente, como dedução da despesa relacionada. A subvenção, seja por acréscimo de rendimento proporcionado ao empreendimento, ou por meio de redução de tributos ou outras despesas, deve ser registrada na demonstração do resultado no grupo de contas de acordo com a sua natureza.

3.25. Receita de contratos de clientes
O CPC 47 - Receita de contrato com clientes estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- Identificação de um contrato com o cliente;
- Determinação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação;
- Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de produtos
As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. A Companhia opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado envasado em recipientes com capacidade que variam entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas à avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraexposições variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas com descontos os quais são substancialmente negociáveis promovidas pelos clientes.

A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, revendedores ou consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

Venda de serviços
As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

Devoluções e cancelamento
Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias
A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes.

3.26. Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos, arrendamento, benefícios a empregados e pelos juros incorridos pela remuneração de debêntures.

3.27. Custos dos produtos vendidos
Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos, impostos, fretes e gastos gerais de fabricação.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES
A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Estoques
A Companhia constitui provisões para perda nos estoques com base no giro por meio de inventário anual, adicionalmente efetua avaliação periódica para reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques e/ou ajuste ao valor realizável (Nota explicativa nº 7).

4.2. Arrendamentos
Os pagamentos dos arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A taxa incremental utilizada na Companhia para mensuração do valor presente dos arrendamentos é obtida por intermédio da curva da estrutura a termo de juros (ANBIMA), considerando a NTN-B (pós-fixada) e agregando o CDS Brasil (*Credit Default Swap*) à essa taxa, cuja soma resulta na taxa base de arrendamento "base". Para reproduzir o efeito dos riscos relacionados às diferentes garantias dos ativos, foi considerado no cálculo o *rating* de risco para o país (ambiente econômico em que a Companhia opera), por ser o mesmo parâmetro utilizado pelo mercado (instituições financeiras e seguradoras) nas operações de empréstimos e de garantias, que configura a taxa de captação da Companhia, cujo risco nunca poderá ser inferior ao do país. Assim, é feita a diferenciação por tipo de garantia colateral aplicando a taxa de arrendamento "base" aos bens de direito de uso com garantia hipotecária (imóveis) e para os demais ativos é aplicada a taxa de arrendamento "base" ajustada pelo *rating* divulgado pela Standard & Póors relativo à classificação de risco atribuída ao país.

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos durante o exercício de 2022 foi de 7,37% ao ano.

4.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)
Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuas de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer *ágio* alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró rata.

As perdas por valor recuperável são revertidas, exceto a perda por redução ao valor recuperável do *ágio*, somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida
Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.4. Benefícios concedidos a empregados e aposentados
O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 5 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcançar o patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revistas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

As análises de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota explicativa nº 17.3.

4.5. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências
A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, regulatórias, concorrenciais e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na Nota explicativa nº 24.

9. IMOBILIZADO
9.1. Composição do imobilizado

	2022		2021		Consolidado		2021	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido

Terrenos	428.033	-	428.033	18.059	428.033	-	428.033	429.070
Edificações	321.971	(102.904)	219.067	47.579	321.971	(102.904)	219.067	188.621
Instalações industriais	681.790	(460.803)	220.987	15.926	681.790	(460.803)	220.987	210.327
Instalações operacionais	292.722	(124.283)	168.439	50.052	292.722	(124.283)	168.439	250.125
Recipientes transportáveis	505.410	(128.561)	376.849	29.837	505.410	(128.561)	376.849	365.760
Veículos	41.439	(36.930)	4.509	6.010	41.439	(36.930)	4.509	6.155
Móveis e utensílios	47.076	(34.737)	12.339	2.742	47.076	(34.737)	12.339	9.976
Computadores e periféricos	55.817	(47.799)	8.018	1.797	55.817	(47.799)	8.018	13.429
Imobilizado em andamento/obras em execução	152.520	-	152.520	7.797	152.520	-	152.520	142.416
Beneficiárias em propriedade de terceiros	64.820	(22.724)	42.096	1.205	64.820	(22.724)	42.096	43.305
Direito de uso (arrendamento)	298.288	(71.060)	227.228	89.282	298.288	(71.060)	227.228	230.425
Outros	298	(216)	82	95	298	(216)	82	351
Total	2.890.184	(1.030.017)	1.860.167	270.381	2.890.184	(1.030.017)	1.860.167	1.889.960

9.2. Movimentação do custo

	Controladora		Baixas	Transferência	Incorporação	Transferência de Investimento		Saldo 2021
	Saldo 2021	Adições				Saldo 2021	Saldo 2021	

Terrenos	18.059	-	-	-	18.866	-	391.108	428.033
Edificações	72.754	765	(28)	575	169.911	-	77.994	321.971
Instalações industriais	25.384	4.956	(438)	10.381	584.422	-	50	



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado				Saldo 2022
	Saldo 2021	Adições	Baixas	Transferência (*)	
Terrenos	429.070	-	(1.037)	-	428.033
Edificações	267.195	933	(28)	53.871	321.971
Instalações industriais	391.153	7.854	(1.593)	284.376	681.790
Instalações operacionais	674.943	14.054	(1.413)	(394.862)	292.722
Recipientes transportáveis	491.267	60.951	(29.510)	(17.298)	505.410
Veículos	43.156	-	(1.490)	(227)	41.439
Móveis e utensílios	30.832	441	(3.567)	19.370	47.076
Computadores e periféricos	58.927	627	(490)	(3.247)	55.817
Imobilizado em andamento/obras em execução	142.416	30.551	(4)	(20.443)	152.520
Benefitórias em propriedade de terceiros	64.864	-	(46)	-	64.818
Adiantamento a fornecedores	351	-	-	(351)	-
Outros	458	-	-	(160)	298
Subtotal - Imobilizado	2.594.632	115.411	(39.178)	(78.969)	2.591.896
Edificações	125.008	12.547	(17.155)	-	120.400
Veículos	98.607	29.474	(2.313)	-	125.768
Equipamentos industriais	40.649	4.008	-	-	44.657
Computadores e periféricos	2.600	-	-	(269)	2.331
Equipamentos e instalações de informática	4.768	364	-	-	5.132
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)	271.632	46.393	(19.468)	(269)	298.288
Total	2.866.264	161.804	(58.646)	(79.238)	2.890.184

* Refere-se ao Crédito Extemporâneo de PIS/COFINS.

Em atendimento às exigências do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou avaliação dos seus ativos imobilizados em dezembro de 2022. Após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

9.3. Movimentação da depreciação

	Taxa depreciação % ao ano	Consolidado				Transferência de Investimento 2022
		2021	Depreciação	Baixas	Incorporação	
Edificações	2 a 4	(25.174)	(2.140)	4	-	(73.978)
Instalações industriais	5,88 a 10	(9.458)	(7.948)	195	-	(440.360)
Instalações operacionais	2 a 20	(70.052)	(3.902)	273	31	(49.875)
Recipientes transportáveis	4	(17.247)	(5.090)	2.193	(31)	(108.878)
Veículos	5 a 33,33	(35.566)	(1.288)	1.059	-	(1.108)
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(4.983)	(483)	287	-	(29.442)
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(11.823)	(1.101)	251	-	(34.724)
Benefitórias em propriedade de terceiros	10	(5.245)	(301)	17	-	(17.195)
Outros	6,67 a 10	(203)	(13)	-	-	(216)
Subtotal - Imobilizado		(179.751)	(22.266)	4.279		(755.560)
Edificações Direito de Uso		(9.973)	(6.537)	4.340	-	(12.044)
Veículos Direito de Uso		(1.600)	(3.601)	2.313	-	(22.252)
Equipamentos industriais Direito de Uso		(10.075)	(5.067)	-	-	(4.243)
Computadores e periféricos		-	-	-	-	(2.299)
Equipamentos e instalações de informática		-	-	-	-	-
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)		(21.648)	(15.205)	6.653		(40.838)
Total		(201.399)	(37.471)	10.932		(796.398)

	Taxa depreciação % ao ano	Consolidado				Transferência de Investimento 2022
		2021	Depreciação	Baixas	Incorporação	
Edificações	2 a 4	(78.573)	(8.207)	(16.128)	4	(102.904)
Instalações industriais	5,88 a 10	(180.826)	(26.521)	(254.554)	1.098	(460.803)
Instalações operacionais	2 a 20	(424.817)	(25.140)	325.179	495	(124.283)
Recipientes transportáveis	4	(125.506)	(23.501)	10.856	9.590	(128.561)
Veículos	5 a 33,33	(37.002)	(1.332)	221	1.183	(36.930)
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(20.856)	(1.509)	(15.399)	3.027	(34.737)
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(45.498)	(6.321)	3.561	459	(47.799)
Benefitórias em propriedade de terceiros	10	(21.561)	(1.180)	-	17	(22.724)
Outros	6,67 a 10	(459)	(173)	69	-	(216)
Subtotal - Imobilizado		(935.099)	(93.538)	53.805	15.873	(958.957)
Edificações		(16.457)	(9.223)	(3.028)	4.494	(24.214)
Veículos		(9.448)	(21.034)	3.029	2.313	(25.140)
Equipamentos industriais		(10.075)	(6.282)	(3.028)	-	(19.385)
Computadores e periféricos		(2.199)	-	(122)	-	(2.321)
Equipamentos e instalações de informática		(3.028)	-	3.028	-	-
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)		(41.207)	(36.539)	(121)	6.807	(71.060)
Total		(976.304)	(130.077)	53.684	22.680	(1.030.017)

A Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do Imobilizado e não houve alteração.

10. INTANGÍVEL

10.1. Composição do intangível

	Controladora		Consolidado			
	2022		2021		2021	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido	Líquido	Líquido
Software	178.116	(146.888)	31.228	21.811	178.116	(146.888)
Marcas, patentes e direitos	287.413	(18.412)	269.001	-	287.413	(18.412)
Relacionamentos com clientes	338.753	(567)	338.186	-	338.753	(567)
Ágio por rentabilidade futura	1.408.896	-	1.408.896	-	1.408.896	-
Total	2.213.178	(165.867)	2.047.311	21.811	2.213.178	(165.867)

10.2. Movimentação do custo

	Controladora		Consolidado						
	2021	2022	2021	2022	2021	2022			
Software	Saldo	Adições	Incorporação	Transferência de Investimento	Saldo	Saldo	Adições	Transferências (*)	Saldo
Marcas, patentes e direitos	54.965	12.646	112.167	(4.088)	2.426	178.116	173.547	12.695	(8.126)
Relacionamentos com clientes	-	-	80.150	4.088	203.175	287.413	293.280	-	(5.867)
Ágio por rentabilidade futura	-	-	-	-	338.753	338.753	358.213	-	(19.460)
Total	54.965	12.646	192.317	-	1.953.250	2.213.178	2.233.936	12.695	(33.453)

* Refere-se ao Crédito Extemporâneo de PIS/COFINS.

10.3. Movimentação da amortização

	Controladora		Consolidado			
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Software	Taxa amortização % ao ano	2021	Amortização	Incorporação	Transferência de Investimento	2022
Marcas, patentes e direitos	10 a 20	(33.154)	(3.787)	(110.346)	879	(146.888)
Relacionamentos com clientes	2,94 a 6,66	-	(1.055)	(14.510)	(879)	(19.968)
Total		(33.154)	(5.806)	(124.856)	-	(165.867)

* Refere-se ao Crédito Extemporâneo de PIS/COFINS.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2022	Controladora	Consolidado
	2021	2021	2021
Passivo circulante			
Fornecedores nacionais	175.619	50.937	108.079
Fornecedores estrangeiros	18.163	12.469	15.469
Partes relacionadas (Nota 15.1)	8.006	74.754	9.233
Contas a pagar	40.632	4.297	47.799
Total	242.420	142.457	177.580

12. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS

Os saldos relativos aos Salários, Férias e Encargos, de curto e longo prazos, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Provisão de férias	63.170	19.706	60.312	-
Participação nos lucros ou resultados - empregados	14.644	2.083	10.300	-
Participação nos lucros ou resultados - gestores (ICP) ¹	18.136	6.419	10.090	-
Salários e encargos	15.672	6.829	15.226	-
Plano de incentivo de longo prazo (ILP) ²	21.246	-	-	-
Programa de remuneração variável anual (RVA) ³	136	-	503	-
Total	133.004	35.037	96.431	-
Passivo circulante	110.043	33.541	94.599	-
Passivo não circulante	22.961	1.496	1.832	-

¹ O Programa de Incentivo por Resultados (ICP) foi instituído pela Companhia em 2021, estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

² O Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) foi instituído pela Companhia em 2021, estabeleceu um incentivo financeiro para os executivos (estatutários ou não estatutários) de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia baseado no atingimento de metas.

³ O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) foi instituído pela Petrobras em 2017, tem como base o Decreto nº 8.945/2016, artigo 37, parágrafo 5º, e na Lei nº 6.404/1976, artigo 152 e seu parágrafo 1º. Os artigos 34 e 35 do Estatuto Social da Líquigás, vigente até 23 de dezembro de 2020, estabeleceu os limites e o rito de aprovação da remuneração dos administradores e membros dos comitês estatutários, bem como os limites da remuneração variável dos diretores.

Como o programa foi descontinuado, por se aplicar às empresas estatais, a Companhia mantém o registro do saldo a pagar aos diretores que permaneceram após a reestruturação do corpo diretivo, cuja liquidação será feita de acordo com o direito adquirido durante a gestão anterior.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Descrição				
Empréstimos e financiamentos	87.336	59.152	101.218	-
Debêntures	2.020.468	2.125.384	2.226.602	-
Total	2.107.804	2.184.536	2.327.820	-
Passivo circulante	356.122	165.649	207.715	-
Passivo não circulante	1.751.682	2.018.887	2.018.887	-

13.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Modalidade				
FINAME	3,1% a.a. + TLP	Mensal	261	474
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	2,351% a.a. + IPCA	Mensal	300	587
Capital de giro	2,5% a.a. + CDI	Mensal	19.616	27.778
Total moeda nacional			20.177	28.365
Cédula de Crédito Bancário - LOAN 4131	3,05% a.a. + CDI	Trimestral	15.994	22.800
Total moeda estrangeira			15.994	22.800
Total			36.171	51.165

Debêntures

Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	Não	
									Circulante	Não Circulante
2ª emissão	Copagaz	Série Única	10/12/2030	1.950	1.000	1.950.000	1,7% a.a. com carência	Semestral	229.412	1.605.881
2ª emissão (Juros)		Série Única							14.825	12.158
4ª emissão (Juros)	Copagaz	2ª Série	18/09/2025	200	1.000	200.000	2,95% a.a. com carência	Semestral	66.667	133.333
Subtotal Debêntures									319.951	1.739.214
Custo emissão									(38.697)	(43.534)
Subtotal Custos de transação									-	(43.534)
Total									319.951	1.700.517

13.2. Movimentação

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Saldo em 31/12/2020	2021	Saldo em 31/12/2020	2021
Ingressos - Principal	250.000	5.692	250.000	5.692
Ingressos - Custo de transação	-	-	-	-
Juros e atualização monetária	4.843	134.795	4.843	134.795
Amortização - Principal	(267.199)	(69.000)	(267.199)	(69.000)
Amortização - Juros e atualização monetária	(4.799)	(118.562)	(4.799)	(118.562)
Saldo em 31/12/2021	59.152	2.125.384	59.152	2.125.384
Ingressos	38.000	9.244	38.000	9.244
Juros e atualização monetária	9.244	302.982	9.244	302.982
Amortização - Principal	(9.946)	(115.707)	(9.94	



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Controladora		Consolidado		Fundamento para realização
	2022	2021	2022	2021	
Lucro a realizar no estoque	-	185	185	-	Realização pela venda do estoque para terceiros.
Provisão de custo de remediação passivo ambiental	4.561	-	4.748	-	Realização pela contratação de empresa especializada para remediação do passivo ambiental do terreno onde estava estabelecido o antigo centro operativo de Osasco.
Provisão para indenizações (pensionamentos)	3.301	-	3.008	-	Realização pelos pagamentos mensais de indenização.
Provisão de despesas indedutíveis	5.254	634	5.944	-	Registro do documento hábil, conforme previsto na legislação fiscal.
Arrendamentos	6.996	2.599	5.349	-	Dedução pelo valor da parcela efetivamente quitada do arrendamento.
Outros	1.715	43	1.496	-	
Subtotal ativos	214.399	68.678	183.267	-	
Desapropriação de imóvel	(1.240)	-	(1.292)	-	Realização pela depreciação dos bens adquiridos.
Atualização de depósito judicial	(9.201)	-	(8.472)	-	Trânsito em julgado em última instância, acordo ou decisão favorável à Companhia.
Ganho Avaliação a Valor Justo relativo à permuta de participações	(68.782)	(68.091)	(68.091)	-	Depreciação, amortização ou alienação do ativo e com base na vida útil definida no laudo.
Ágio rentabilidade futura	(8.740)	-	-	-	Realização por impairment ou venda do investimento.
Depreciação vida útil x depreciação fiscal	(119.129)	(13.331)	(107.622)	-	Ajuste do valor de dedução da depreciação ao limite legal previsto na legislação tributária.
Depreciação vida útil x depreciação fiscal (arrendamento financeiro)	(206)	(286)	(394)	-	Ajuste do valor de dedução da depreciação ao limite legal previsto na legislação tributária.
Subtotal passivos	(207.298)	(81.708)	(185.871)	-	
Total (*)	7.101	(13.030)	(2.604)	-	

(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo. Com base no Plano de Negócio, a Companhia realizou avaliação da geração de lucro futuro tributável e não identificou a necessidade de realizar ajuste sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(13.030)	17.614	(2.604)	23.856
Transferência por cisão	-	(177)	-	4.171
Incorporação da Liqueigás	(27.691)	-	-	-
No resultado:				
Realizações, líquidas	43.620	(25.960)	5.503	(18.547)
Perda/(Ganho) atuarial	4.202	(4.507)	4.202	(12.084)
Total (*)	7.101	(13.030)	7.101	(2.604)

15.3. Despesas de imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	259.188	208.827	426.960	235.625
Lucro antes dos impostos - operações descontinuadas	-	2.225	-	6.856
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(88.124)	(71.758)	(145.166)	(82.444)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:				
- Juros sobre capital próprio	-	(17.122)	-	-
- Adições (Exclusões) permanentes, líquidas	(5.581)	19.364	-	29.156
- Resultado da equivalência patrimonial	134.631	57.365	729	512
- Incentivos fiscais	-	-	4.585	1.329
- IRPJ - Incentivo fiscal de redução (lucro da exploração) e reinvestimento	6	-	21.510	7.867
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	40.932	(12.151)	(118.342)	(43.580)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.620	(25.960)	5.503	(19.692)
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-	(129.655)	(48.808)
Imposto de renda/contribuição social correntes (extemporâneo)	(2.688)	13.809	(2.688)	24.920
Imposto de renda/contribuição social - operações descontinuadas	-	(4)	-	1.572
Total	40.932	(12.155)	(126.840)	(42.008)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-15,79% (*)	5,82%	29,71%	17,83%

(*) A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulada, para os quais foram constituídos créditos tributários diferidos, com expectativa de lucros futuros, permitindo assim a contabilização de créditos tributários.

Incertezas tributárias

a) Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 56.896 (R\$ 52.450 em 2021). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

b) Dentre os processos de natureza tributária, a Controlada Liqueigás possui auto de infração em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio por expectativa de rentabilidade futura relacionado à aquisição da Agip do Brasil S.A. pela Petróbras Distribuidora S.A., amortizado pela Liqueigás durante os anos de 2014 a 2016. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado em 2022 é de R\$ 101.967 (R\$ 77.999 em 2021). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

c) A Controlada Liqueigás reconheceu o valor de R\$ 13.161 atualizado (R\$ 11.896 em 2021) referente à exclusão de atualização de tributos e contribuições federais pela taxa SELIC da base de cálculo de apuração do IRPJ e da CSLL, em relação aos últimos 5 anos fundamentada pela decisão do STF por meio do Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC. A Liqueigás obteve decisão favorável em mandado de segurança concedido pela 6ª Vara Cível Federal de São Paulo, portanto, o valor será compensado apenas após decisão final transitado em julgado.

16.4. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante
2022	2021	2022	2021	2022
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	88.133	19.637	82.892	25.029
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	(8.183)	-	(6.795)	-
Crédito PIS não cumulativo	4.555	1.035	13.554	129
Crédito COFINS não cumulativo	14.763	3.814	-	-
PIS a recuperar/a pagar	-	-	-	-
COFINS a recuperar/a pagar	-	-	-	-
INSS a recuperar	57	-	-	-
IRRF a pagar	104	-	1.896	-
Outros	-	-	-	-
Total	99.429	24.486	91.547	25.158

Demais impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante
2022	2021	2022	2021	2022
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	5.919	3.732	-	-
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	-	-	-	-
Crédito PIS não cumulativo	-	-	-	-
Crédito COFINS não cumulativo	-	-	-	-
PIS a recuperar/a pagar	-	720	526	522
COFINS a recuperar/a pagar	1.141	3.336	-	-
INSS a recuperar	-	141	-	-
IRRF a pagar	2.579	2.406	779	-
Outros	-	-	13.985	-
Total	14.934	12.414	526	522

Demais impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
2022	2021	2021	2021	2021
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	183.078	52.180	10.950	-
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	(122.555)	(6.795)	-	-
Crédito PIS não cumulativo	22.617	27.354	-	-
Crédito COFINS não cumulativo	11.656	-	-	-
PIS a recuperar/a pagar	-	-	720	522
COFINS a recuperar/a pagar	-	-	3.336	-
INSS a recuperar	-	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	13.985	-
Outros	1.071	1.756	3.163	-
Total	95.867	74.495	32.933	522

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente. A Administração julga que o valor provisionado é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS, INCLUI PROVISÃO PARA PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2022 reconheceu uma Provisão relativa ao Benefício Definido (BD) de Assistência Médica pós-emprego no montante de R\$ 180.862 (R\$ 62.866 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 180.862 (R\$ 146.949 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

O Plano de Previdência Liqueigás (PPL) é um benefício do tipo Contribuição Definida (CD). As contribuições relativas ao PPL em 31 de dezembro de 2022 atingiram o montante de R\$ 5.151 (R\$ 5.359 em 31 de dezembro de 2021).

17.1. Movimentação do saldo da provisão relativa ao benefício de assistência médica

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º janeiro	62.866	70.784	146.949	173.124
Incorporação da Liqueigás (*)	89.007	-	-	-
(+) Despesa de juros	5.814	4.692	13.370	11.765
(+) Despesa de serviço corrente	3.385	2.024	4.956	3.735
(+) Custo de serviço passado	9.703	-	9.703	-
(-) Cisão	-	(517)	-	(650)
(-) Benefícios pagos	(2.272)	(861)	(6.475)	(5.485)
(+) (Ganho)/Perda atuarial sobre obrigação (**)	12.359	(13.256)	12.359	(35.540)
Saldo em 31 de dezembro	180.862	62.866	180.862	146.949
Passivo circulante	9.839	2.708	9.839	5.879
Passivo não circulante	171.023	60.158	171.023	141.070

(*) Em 30 de novembro de 2022, ocorreu a incorporação total da controlada Liqueigás Distribuidora S.A., mais detalhes são apresentados na Nota Explicativa nº 1.1.

(**) A perda atuarial de R\$ 12.359 existente em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida como outros resultados abrangentes líquidos do imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$ 4.202. Em 31 de dezembro de 2021 o ganho atuarial de R\$ 13.256 na controladora (R\$ 35.540 no consolidado) foi reconhecido como outros resultados abrangentes líquidos dos impostos, de R\$ 4.507 (R\$ 12.084 no consolidado).

17.2. Despesa líquida com plano de assistência médica

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	(5.814)	(4.692)	(13.370)	(11.765)
Despesa de serviço corrente	(3.385)	(2.024)	(4.956)	(3.735)
Despesas líquidas no exercício	(9.199)	(6.716)	(18.326)	(15.500)
Despesa com vendas	(2.741)	(1.639)	(3.703)	(2.195)
Despesa gerais e administrativas	(644)	(385)	(1.253)	(1.540)
Despesa financeiras	(5.814)	(4.692)	(13.370)	(11.765)
Despesa líquidas no exercício	(9.199)	(6.716)	(18.326)	(15.500)

17.3. Análise de sensibilidade

A variação de 0,5 p.p. nas premissas de taxa de desconto teria o seguinte efeito:

	Taxa de desconto	+ 0,5 p.p.	- 0,5 p.p.
Custo do serviço	(205)	220	
Custo dos juros	(1.141)	1.226	
Obrigação atuarial	(12.503)	13.426	

17.4. Premissas

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício	Benefício definido
Método de custeio	Método do Crédito Unitário Projetado - PUC
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo.
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 Masculina
Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	6,78%
Composição familiar	Altos: Para titular do sexo masculino, 88% casados com cônjuge 3 anos mais novo. Para titular do sexo feminino, 50% casadas com cônjuge 1 ano mais velho. Para os participantes assistidos foi considerada a família informada no cadastro.
Idade de Aposentadoria	Homens 59 anos; Mulheres 56 anos
Entrada em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade
Take Up	51,00%
Aging factor	2,25%
Taxa real de desconto	6,18%
Inflação médica	3,50%
Inflação de longo prazo	3,00%
Evolução do custo médio	Inflação econômica + inflação médica + fator idade
Evolução da contribuição	Inflação econômica + inflação médica

18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR), conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais. O saldo provisionado de 2022 está apresentado na rubrica de Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado relativo à PLR foi de R\$ 15.096 na controladora e R\$ 35.066 no consolidado e em 31 de dezembro de 2021 o montante provisionado foi de R\$ 13.379 na controladora e R\$ 40.155 no consolidado.

O Programa de Incentivo por Resultados (ICP), que estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

O saldo provisionado relativo à ICP dos exercícios de 2022 e 2021 está apresentado no quadro abaixo e na rubrica de Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado relativo à ICP foi de R\$ 7.447 na controladora e R\$ 18.136 no consolidado e em 31 de dezembro de 2021 o montante provisionado foi de R\$ 6.419 na controladora e R\$ 10.090 no consolidado.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 435.588 está representado por 352.429.844 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O Capital social está distribuído conforme segue:

	Quantidade de ações	Valor R\$	Participação
MS Administração e Participações S.A.	179.999.866	263.298.782	51,07%
Itaúsa S.A.	172.430.018	172.288.956	48,93%
Total	352.429.884	435.587.738	100,00%

19.2. Reserva de capital

A Reserva de capital é constituída pela diferença (ágio e deságio) entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações ordinárias.

19.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal
A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do Capital social. A Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

19.4. Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

Em 31 de dezembro de 2022, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 65.866 (R\$ 47.239 em 2021) que correspondem a 25% do lucro líquido depois de constituída a reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

A movimentação dos dividendos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é demonstrada conforme segue:

	Controladora	
	2022	2021
Destinação do resultado	300.120	198.901
Lucro líquido do exercício	-	-
Apropriação:		
Reserva legal	(15.006)	(9.945)



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Movimentação das cauções e dos depósitos judiciais:

	2022					Controladora		Consolidado	
	Trabalhista	Tributário	Cíveis	Regulatório	Caução	2021	2021	2021	2021
Saldo inicial	1.797	1.749	1.067	-	27	4.640	4.216	65.626	
Incorporação de Liquigás	24.564	20.107	12.477	3.050	96	60.294	-	-	
Adição, líquido de reversão	(130)	(372)	24	(5)	3	(480)	219	2.953	
Utilização	(7)	-	(36)	-	-	(43)	-	(3.545)	
Atualização	380	143	65	30	-	618	205	3.573	
Cisão	-	-	-	-	-	-	-	(3.326)	
Saldo final	26.604	21.627	13.597	3.075	126	65.029	4.640	65.281	

24.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Trabalhista	52.163	3.655	74.920	
Tributário	814.435	292.640	594.847	
Cíveis	190.534	3.656	180.708	
Regulatório	1.757	137	6.327	
Ambiental	2.765	-	1.499	
Concorrencial	57.672	11.598	65.310	
Total	1.119.326	311.686	923.611	

Processos trabalhistas: os processos trabalhistas envolvem dois grandes grupos - empregados próprios e terceiros, e discutem, em linhas gerais, pedidos similares, envolvendo horas extras, danos materiais e morais, prêmios ou gratificações e verbas não pagas pelas empresas prestadoras de serviços. **Processos tributários:** envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal, estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos fazem parte da operação. Relevante informar que para este grupo de processos a discussão ocorre tanto nas esferas judicial ou administrativa.

Descrição dos principais processos de natureza tributário

Partes: Fazenda Nacional x Copagaz	2022	2021
Objeto: Trata-se de Auto de Infração visando a cobrança de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2008, pela desconsideração das operações societárias realizadas em 09/2004, que culminou na glosa de despesas decorrentes da amortização da diferença entre o valor nominal das quotas/ações e o valor pago por elas, em razão da incorporação de sociedade empresária, sob o argumento de simulação. Andamento: Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração opostos contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.	56.989	52.450

Partes: Estado de São Paulo x Copagaz	2022	2021
Objeto: Trata-se de 2 Autos de Infração lavrado para cobrança de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Especial do contribuinte.	29.585	27.272

Partes: Receita Federal do Brasil x Copagaz	2022	2021
Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (PIS). Andamento: Aguardando julgamento de Recurso Ordinário.	18.487	17.042

Partes: Secretaria do Estado do Ceará x Copagaz	2022	2021
Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Ceará objetivando a cobrança de débitos supostamente devidos a título de ICMS, atualização monetária, multa, juros e demais encargos. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	9.073	6.561

Partes: Fazenda Nacional x Copagaz	2022	2021
Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União com o intuito de cobrar débitos de IRPJ e CSLL decorrentes de compensações não homologadas. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	6.018	5.673

Partes: Secretaria da Receita Federal x Copagaz	2022	2021
Objeto: Trata-se de 22 (vinte e dois) processos administrativos tributários, originados da não homologação de compensações que utilizaram créditos de PIS e COFINS apurados pela empresa, tendo em vista o entendimento da Receita Federal do Brasil ("RFB") acerca da impossibilidade de manutenção de créditos destas contribuições na aquisição de insumos, bens incorporados ativo imobilizado e fretes (anos calendário de 2014, 2015 e 2016). Andamento: Aguarda-se julgamento das Manifestações de Inconformidade apresentadas.	51.535	47.507

Partes: Estado de Goiás x Liquigás	2022	2021
Objeto: Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de Goiás visando à cobrança dos créditos constituídos nos processos administrativos fiscais - auto de infração de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	25.511	20.138

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás	2022	2021
Objeto: Processo de habilitação de crédito PERD/COMP não homologado - FINSOCIAL. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário em face da decisão de parcial procedência da Manifestação de Inconformidade anteriormente apresentada.	25.577	23.133

Partes: Receita Federal do Brasil x Liquigás	2022	2021
Objeto: Autos de Infração lavrados para cobrança de IRPJ, CSLL, juros e multas por falta de recolhimento de estimativas mensais e multa de ofício qualificada, em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio por expectativa de rentabilidade futura relacionado à aquisição da Agip do Brasil S.A. pela Petrobras Distribuidora S.A., amortizado pela Liquigás durante os anos de 2014 a 2016. Em 30 de novembro de 2012, houve a cisão parcial da BR Distribuidora S.A., com versão da parcela cindida à Liquigás (incorporação reversa), que passou a ser controlada direta da Petrobras, essa operação tornou a amortização do ágio dedutível. Andamento: Proferida decisão de primeira instância administrativa julgando parcialmente procedente a impugnação. Aguarda-se o julgamento do recurso voluntário da Liquigás e do recurso de ofício do Fisco perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.	101.967	77.999

Partes: Secretaria do Estado de Goiás x Liquigás	2022	2021
Objeto: Omissão no registro de entrada de recipientes transportáveis e reservatório P190 referente ao ano de 2014. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário apresentado em face do novo julgamento.	30.443	19.496

Partes: Fazenda Nacional x Liquigás	2022	2021
Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União com o intuito de cobrar contribuição previdenciária supostamente incidente sobre pagamentos a segurados e empregados a título de Participação nos Lucros e/ou Resultados, visto que alegadamente em desconformidade com a Lei nº 10.101/2000. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	21.560	19.149

Partes: Secretaria do Estado de Pará x Liquigás	2022	2021
Objeto: Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará proveniente de débito de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.	16.780	15.176

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás	2022	2021
Objeto: Não homologação de crédito compensado em razão de decisão judicial no processo de IRPJ e PIS. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.	13.104	12.308

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás	2022	2021
Objeto: Trata-se de PERD/COMP de débitos de IRPJ e CSLL relativos aos períodos de apuração abril e maio/2011, com crédito oriundo de recolhimento a maior a título de FINSOCIAL, à alíquota excedente de 0,5% do período de apuração de setembro/1989 a março/1992. Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade.	11.144	10.078

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás	2022	2021
Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (IRPJ/CSLL). Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade.	15.909	9.120

Processos cíveis: em sua maioria e por ordem de relevância, envolvem a discussão oriunda de sinistros decorrentes da operação (comercialização do GLP), bem como a discussão envolvendo contratos comerciais com revendedores e prestadores de serviços. A Companhia possui seguro para cobertura de responsabilidade civil geral na modalidade de reembolso com fixação de POS - Participação Obrigatória do Segurado e franquia mínima para os casos decorrentes de sinistros da operação.

Descrição dos principais processos de natureza civil

Partes: Empresa de logística x Liquigás	2022	2021
Objeto: Rescisão contratual e indenização por danos materiais a título de perdas e danos. Andamento: Atualmente em fase de instrução e perícia para posterior prolação de sentença.	63.918	57.973

Partes: Revenda de gás x Liquigás	2022	2021
Objeto: Alega o Autor que em razão de metas inalcançáveis e elevado valor cobrado pela compra do GLP viu-se obrigado a rescindir o contrato firmado com a Liquigás o que lhe trouxe prejuízos. Andamento: Proferida sentença totalmente favorável para a Copa Energia. Aguarda-se processamento de recurso interposto pela Revenda.	19.317	18.230

Partes: Ministério Público Federal x Liquigás e outros	2022	2021
Objeto: Declaração de nulidade de propriedade em razão do reconhecimento de área indígena, bem como obrigação de restituição da área. Andamento: Sentença e acórdão declarando nulo o título de propriedade e condenando os réus de forma solidária na obrigação de restituição da área (cerca de 168 mil hectares). O valor informado para a ação se refere ao valor da causa atualizado por estar o processo sobrestado até o julgamento, pelo STF, da repercussão geral reconhecida no RE 1.017.365 que pode alterar a declaração da terra indígena localizada no imóvel vendido pela Liquigás em 2003, bem como qual a área desmatada a ser reflorestada, condições estas que podem alterar o valor da obrigação.	22.384	22.384

Descrição dos principais processos de natureza civil

Partes: Revenda de gás x Liquigás

Objeto: Vítima de autor indenização por danos morais e materiais em virtude da não concretização de promessa de vendas que teriam sido feitas e também pela suspensão do fornecimento de GLP. Andamento: Processo encontra-se no STJ, após decisão desfavorável em segunda instância e protocolo de recurso pela Liquigás. 36.554 36.554

Processos concorrenciais: envolvem discussão sobre multas aplicadas pelo CADE, por descumprimento de legislação concorrencial.

Descrição dos principais processos de natureza concorrencial

Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Copagaz e outras distribuidoras congêneres	2022	2021
Objeto: Trata-se de ação anulatória com pedido de antecipação de tutela, referente à decisão proferida pelo CADE, na qual a Copagaz foi condenada, por formação de cartel, ao pagamento de multa no importe de 1% do faturamento anual. Andamento: O processo encontra-se suspenso uma vez que pendente de julgamento o Agravo de Instrumento que discute o aumento do valor da causa pleiteado pelo CADE e acolhido pelo juiz em 1ª instância. 10.717 9.765	10.717	9.765

Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Liquigás e outras distribuidoras congêneres

Objeto: Trata-se de ação anulatória com pedido de antecipação de tutela, referente à decisão proferida pelo CADE, na qual a Liquigás foi condenada, por formação de cartel, ao pagamento de multa no importe de 1% do faturamento anual. Andamento: O processo encontra-se suspenso uma vez que pendente de julgamento o Agravo de Instrumento que discute o aumento do valor da causa pleiteado pelo CADE e acolhido pelo juiz em 1ª instância. 38.853 45.280

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e arrendamentos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco, inclusive operações com moeda estrangeira. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação:

a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores e outras contas a pagar

Os valores contabilizados são mensurados pelo método do custo amortizado e registrados pelo valor aproximado ao de realização.

b) Captações de recursos

Representado por empréstimos para financiamento do capital de giro em curto prazo e debêntures para pagamentos de curto e longo prazo, mensurados pelo método do custo amortizado e registrados pelo valor aproximado ao de realização.

c) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativo	Nota	Valor justo por meio de resultado		Ativos pelo custo amortizado		Passivos pelo custo amortizado		2022
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	274.963	-	-	-	274.963
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	-	-	528.154	-	528.154	-	528.154
Cauções e depósitos judiciais	24.2	-	-	65.029	-	-	-	65.029
Total				868.146				868.146
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar	11	-	-	-	-	242.420	242.420	242.420
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	-	2.107.804	2.107.804	2.107.804
Dividendos a pagar	15.1.1	-	-	-	-	65.866	65.866	65.866
Mútuos a pagar para partes relacionadas	15.1.1	-	-	-	-	-	-	-
Total						487	487	487
						2.416.577	2.416.577	2.416.577

Ativo	Nota	Valor justo por meio de resultado		Ativos pelo custo amortizado		Passivos pelo custo amortizado		2021
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	32.851	-	-	-	32.851
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	-	-	108.671	-	108.671	-	108.671
Cauções e depósitos judiciais	24.2	-	-	4.640	-	4.640	-	4.640
Total				146.162				146.162
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar	11	-	-	-	-	142.457	142.457	142.457
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	-	2.184.536	2.184.536	2.184.536
Dividendos a pagar	15.1.1	-	-	-	-	47.239	47.239	47.239
Total						2.374.232	2,374.232	2,374.232

Ativo	Nota	Valor justo por meio de resultado		Ativos pelo custo amortizado		Passivos pelo custo amortizado		2021
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	70.594	-	-	-	70.594
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	-	-	479.037	-	479.037	-	479.037
Cauções e depósitos judiciais	24.2	-	-	65.281	-	65.281	-	65.281
Total				614.912				614.912
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar	11	-	-	-	-	177.580	177.580	177.580
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	-	2.226.602	2.226.602	2.226.602
Dividendos a pagar	15.1.1	-	-	-	-	47.239	47.239	47.239
Mútuos a pagar para partes relacionadas	15.1.1	-	-	-	-	529	529	529
Total						2.451.950	2,451.950	2,451.950

d) Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, cauções e depósitos judiciais, assim como fornecedores, contas a pagar, empréstimos e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022.

Hierarquia de valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

A Companhia mantém instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2. Não houve reclassificação no exercício.

Para os níveis 1 e 3 a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

25.1. Gerenciamento de risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Companhia realiza importação de um pequeno volume complementar de GLP para atendimento de sua carteira de clientes. Considerando que o GLP possui precificação atrelada a determinados insumos derivados de petróleo no mercado internacional, a Administração entende que não está exposta a riscos cambiais relevantes.

A Companhia não realiza operações em mercado a termo ou de *hedge*.

25.2. Gerenciamento de risco de taxas de juros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados às taxas pós-fixadas e seu risco se limita à volatilidade das taxas de juros da economia brasileira, SELIC e CDI. As aplicações e captações da Companhia, caracterizadas por operações de curto prazo, são rentabilizadas pela variação do CDI.

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31.12.2022	Cenários				
				I provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Passivos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31.12.2022	2022	2021			



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o desempenho consolidado das operações e dos fluxos de caixa consolidados da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. e sua controlada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

(Notas explicativas 3.12, 4.3 e 10.1)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido do GLP, volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções.

Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboraram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são razoáveis. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema, estão adequadas perante a norma.

Provisão para benefício de assistência médica pós-emprego

(Notas explicativas 3.20, 4.4 e 17)

A administração da Companhia efetua avaliação detalhada dos programas de benefícios oferecidos aos seus empregados e ex-empregados e constitui passivo para os benefícios de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego.

O cálculo atuarial envolveu a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e definição de premissas com elevado grau de subjetividade, relacionadas com hipóteses econômicas, biométricas, entre outras.

Consideramos que esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois alterações nas principais premissas utilizadas pela administração podem trazer impactos relevantes nas obrigações constituídas relacionadas a benefício de assistência médica pós-emprego.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, obtivemos entendimento e testamos as informações dos participantes nos bancos de dados e a razoabilidade das principais premissas fornecidas pela administração aos especialistas externos para a elaboração dos cálculos atuariais.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em cálculos atuariais, avaliamos a competência técnica dos especialistas externos contratados pela administração, bem como analisamos a coerência geral, lógica e aritmética dos cálculos efetuados. Também efetuamos análise das taxas de desconto e principais premissas utilizadas pelos avaliadores externos. Por fim, efetuamos recálculo do valor presente dos fluxos de caixa das obrigações de assistência médica pós-emprego.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para planos de benefício de assistência médica pós-emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador - CRC 1SP168728/O-4

Esta publicação está disponível no site do Valor Econômico (<https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/>).

